



**PORTARIA Nº 004/SUPECOL/PMJP/2026**

Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

**CONSIDERANDO**, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

**CONSIDERANDO** que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

**CONSIDERANDO** que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de organizar e racionalizar os procedimentos administrativos relativos à elaboração de editais, avisos e atos correlatos, estabelecendo atribuições específicas à nova servidora designada, sem prejuízo da atuação excepcional dos Pregoeiros ou Agentes de Contratação, quando necessário à continuidade e eficiência dos processos de contratação pública, observando-se o princípio da segregação de funções;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

**Art. 2º** Compete à servidora designada:

I elaborar, revisar, ajustar e finalizar os editais de licitação e seus anexos;

II elaborar avisos, termos e demais atos necessários à instrução e divulgação dos procedimentos de contratação;

III realizar as adequações técnicas necessárias nos instrumentos convocatórios e documentos correlatos relativos às modalidades licitatórias e às contratações diretas, incluindo Dispensa, Inexigibilidade e demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

**Art. 3º** Nos editais, avisos e atos correlatos deverá constar:

I a assinatura da servidora designada como Elaboradora;

II a assinatura do Pregoeiro ou Agente de Contratação designado para condução do certame, que figurará como Responsável, ratificando as informações constantes no instrumento convocatório.

**Art. 4º** Excepcionalmente, quando não for possível a elaboração dos instrumentos convocatórios pela servidora designada, em razão de ausência, impedimento, incompatibilidade de demanda ou necessidade administrativa, o Pregoeiro ou Agente de Contratação poderá elaborar o edital ou ato correspondente de forma isolada, assumindo a responsabilidade pela elaboração do instrumento convocatório e pela condução do respectivo procedimento de contratação..

**Parágrafo único.** A excepcionalidade prevista no caput deverá observar os fundamentos relacionados à eficiência administrativa, à continuidade do serviço público e à insuficiência de pessoal capacitado, em conformidade com os princípios administrativos e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 06 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)

**LOURRANT CANTÃO PESSOA**  
Superintendente de Compras e Licitações  
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 06/03/2026 às 13:07, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2494674** e o código verificador **84CF6ADD**.

Docto ID: 2494674 v1



**DECRETO N. 2465, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025**

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 52 de 15/09/2025 \(ID 2041638\)](#),

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Ângelo Simões: Agente de Contratação/Presidente Pregoeiro;
- II - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- IV - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- V - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Ana Paula de Souza Meireles;
- II - Adriana Souza Leite;
- III - Izabelly Paiva Porfírio;
- IV - Vivian Vieira de Araújo
- V - Neurizete dos Santos

**Art. 2º** A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025, ([ID 1957352](#)).

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 16 de setembro de 2025.

*[assinado eletronicamente]*

**AFFONSO CÂNDIDO**  
**Prefeito**

---

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

---



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/09/2025 às 08:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2044611** e o código verificador **312BA8A5**.

---

Docto ID: 2044611 v1

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/SUPECOL/PMJP/RO/2026**  
**SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**CADASTRO COMPRASGOV: 90021/2026)**

**ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)**  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RONDÔNIA (980005)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1032/2025 – SEMOSP**

**OBJETO:** Registro de preço para eventual e futura aquisição de grama esmeralda em tapetes para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/04/2026 às 09:30h (horário de Brasília)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR LOTE

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?** SIM

**PARTICIPAÇÃO:**

- Itens de AMPLA PARTICIPAÇÃO e COTA de até 25% RESERVADOS à PARTICIPAÇÃO DE ME/MEI/EPP.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 533.352,69 (quinhentos e trinta e três mil trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos).**

**FONTE DE RECURSOS:**

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná  
02 PODER EXECUTIVO  
02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS  
020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
15 Urbanismo  
15 451 Infraestrutura Urbana  
15 451 0008 ASFALTA JIPA  
15 451 0008 2123 0000 Manutenção e recuperação de vias urbanas  
815 - 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
0.1.500 002.001 Recursos próprios do Município

**FICHA: 815**

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná  
02 PODER EXECUTIVO  
02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS  
020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
17 Saneamento  
17 512 Saneamento Básico Urbano  
17 512 0009 CONSTRUINDO COM AMOR E RESPEITO  
17 512 0009 1021 0000 Constr. Manut. Reforma de Bueiros, Galerias, Drenagem, Calçadas e Urbanização Rios e Igarapés  
831 - 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

0.1.500 002.001 Recursos próprios do Município

**FICHA: 831**

**EDITAL:** Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br).

**INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

**Demais informações e esclarecimentos:** SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150- Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br).

Ji-Paraná-RO, 18 de março de 2026.

**Sônia Regina da Silva**  
Pregoeira  
Decreto nº 2465/GAB/PMJP/2025

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/SUPECOL/PMJP/RO/2026**  
**(CADASTRO COMPRASGOV: 90021/2026)**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO e COTA de até 25% RESERVADOS à PARTICIPAÇÃO DE ME/MEI/EPP**

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025**, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO na forma eletrônica**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1.385/2023, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-1032/2026 – SEMOSP**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 07 de abril de 2026, às 09h30min.** (Horário de Brasília - DF)

**LOCAL (endereço eletrônico):** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**UASG:** 980005

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Registro de preço para eventual e futura aquisição de grama esmeralda em tapetes para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.**
- 1.2. A licitação será realizada em 2 (dois) itens**, conforme tabela constante do **ANEXO II do Edital**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. Nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, o item 1 é destinado para ampla participação e o item 2 é COTA de até 25% reservados à participação de ME/MEI/EPP e equiparadas.**

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.**
- 2.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.**
- 2.3. Não se aplica ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.**

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).**
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.**



- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. O item 1 é destinado para ampla participação.
- 3.6. O item 2 é COTA de até 25% destinado à participação reservada à ME/MEI/EPP.
- 3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**3.8. Não poderão disputar esta licitação:**

- 3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;
- 3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.1. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.4. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.5. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro



internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

- 3.6. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [artigos 42 a 49](#), **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021**.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor **unitário do item**;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.2.2. **Todos os medicamentos deverão estar registrados na ANVISA.**
- 5.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente**.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.7.1.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**5.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato**.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,05 (cinco centavos)**.

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1.** A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

**6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

**6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. **No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**
- 6.18. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as



microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538 de 2015](#).

- 6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 6.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 6.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 6.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 6.21.2.2.** empresas brasileiras;
  - 6.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1.** Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do **CHAT MENSAGEM** ao ser convocada, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) **desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná**.
- 6.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**
- 6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [artigo 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;
- 7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros**. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.**
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.6. **Será desclassificada** a proposta vencedora que:
- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

- 7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.9. **Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.11. **Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**
- 7.13. **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



- 7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir**. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

- 8.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.12.** **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**
- 8.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.13.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1.** **Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**
- 8.13.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14.** Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da [Lei 14.133/21, art. 64](#) e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#), **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:
- 8.14.1.** complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2.** atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;
- 8.15.** **Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**
- 8.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 8.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021.
- 9.2.** O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
  - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e
  - 10.1.2. dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **será de 10 (dez) minutos**.
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do artigo 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site eletrônico [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br) - Portal da Transparência.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 12.1.5. fraudar a licitação
  - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e



- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 12.4.1. Para as infrações previstas **nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas **nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas **nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [artigo 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita **no item 12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [artigo 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73 de 2022](#).
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. **A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.**

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br) e confirmado através do telefone/whatsapp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).**
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**
- 14.11.1.1. **Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar**
- 14.11.2. **ANEXO II – Carta Proposta (modelo);**
- 14.11.3. **ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;**
- 14.11.3.1. **ANEXO III – A – Modelo de Declaração**
- 14.11.4. **ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;**
- 14.11.5. **ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.**

**15.1. DO FORO**

**15.1.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná-RO, 18 de março de 2026.

**Sônia Regina da Silva**  
Pregoeira  
Decreto nº 2465/GAB/PMJP/2025





## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### 1.1. Objeto da Contratação

O objeto da presente contratação é o Sistema de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de grama esmeralda em tapetes, destinada a atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

#### 1.2. Natureza da Contratação

Trata-se de uma contratação de bem comum, padronizado e disponível no mercado, sujeito à entrega sob demanda, de acordo com a necessidade da Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços, garantindo flexibilidade operacional e economicidade no fornecimento.

#### 1.3. Quantitativos Estimados

Os quantitativos estimados constam na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Grama esmeralda em tapetes	M²	23.673,00	R\$ 17,00	R\$ 402.441,00

Observação: Os quantitativos apresentados possuem **caráter estimativo**, não configurando obrigação de aquisição integral pela Administração, que poderá demandar o fornecimento de forma parcelada durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

#### 1.4. Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, desde que comprovado que as condições e preços permanecem vantajosos, nos termos do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023, c/c art. 12, §1º do Decreto Municipal nº 1.385/2024.

A Ata de Registro de Preços **poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, por até 01 (um) ano**, desde que comprovada a manutenção das condições e preços vantajosos para a Administração, mediante justificativa formal e autorização da autoridade competente, observados os dispositivos legais acima mencionados.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

#### 2.1. Fundamentação

A presente contratação está fundamentada no [Estudo Técnico 23 de 13/03/2026 \(ID 2513932\)](#) elaborado pela equipe de planejamento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, o qual identificou a necessidade administrativa de garantir o fornecimento contínuo e sob demanda de grama esmeralda em tapetes, com qualidade assegurada, para atender às demandas operacionais da Secretaria, especialmente nas ações de manutenção, recuperação e implantação de áreas verdes, praças, canteiros, parques e demais espaços públicos.

O Estudo Técnico Preliminar analisou os seguintes aspectos:

- **Identificação da demanda:** necessidade recorrente de recomposição e implantação de cobertura vegetal em áreas públicas, devido ao desgaste natural, condições climáticas, intervenções em

obras de infraestrutura e degradação pelo uso contínuo dos espaços.

- **Requisitos técnicos mínimos:** fornecimento de grama esmeralda em tapetes, com boas condições fitossanitárias, livre de pragas, doenças ou plantas invasoras, coloração uniforme, sistema radicular bem desenvolvido e apta para pronta instalação.
- **Levantamento de mercado:** pesquisa realizada junto a fornecedores especializados Cotação GRAMA de 11/02/2026 (ID 2426854) e histórico de aquisições municipais, indicando ampla disponibilidade do produto e viabilidade de fornecimento parcelado conforme demanda da Administração.
- **Alternativas analisadas:** foram consideradas aquisição de grama por sementes ou mudas e contratação de empresa especializada em paisagismo. Contudo, a aquisição de grama em tapetes via **Sistema de Registro de Preços (SRP)** mostrou-se a solução mais vantajosa, por proporcionar rapidez de implantação, uniformidade estética, menor risco de falhas, flexibilidade nas entregas e economicidade para a Administração.
- **Justificativa do parcelamento:** o fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade das frentes de trabalho da SEMOSP, que atuam em diferentes localidades e períodos do ano, evitando acúmulo de material e perdas decorrentes do armazenamento prolongado.
- **Estimativa de preços:** elaborada com base na média dos valores apurados em pesquisas realizada junto a fornecedores especializados, garantindo compatibilidade com os preços praticados e viabilidade econômica.
- **Resultados pretendidos:** assegurar o fornecimento regular de grama esmeralda em tapetes, garantir a continuidade e qualidade dos serviços de paisagismo e manutenção de áreas verdes, reduzir custos com reposições emergenciais, otimizar o planejamento e a execução das atividades da SEMOSP e promover eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Diante desses elementos, **justifica-se a adoção do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços**, conforme preconiza a legislação vigente, garantindo ampla competitividade, transparência, julgamento objetivo e fornecimento conforme a demanda.

### 3. ÓRGÃO PARTICIPANTE

3.1. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP

Responsável: Valquíria Rodrigues Luz de Andrade - Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos Interina

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**4.1.** A solução proposta consiste na contratação futura e eventual de **grama esmeralda em tapetes**, por meio de procedimento licitatório na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), com a posterior formalização de uma Ata de Registro de Preços (ARP). Esta estratégia tem como objetivo garantir à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) o fornecimento contínuo e sob demanda deste insumo essencial para manutenção, recuperação e implantação de áreas verdes, praças, canteiros, parques e demais espaços públicos do município de Ji-Paraná/RO.

A adoção do SRP possibilita à Administração Pública maior flexibilidade e previsibilidade na aquisição de grama esmeralda, permitindo que o fornecimento seja realizado conforme a necessidade real das frentes de trabalho, evitando desperdícios por estoque excessivo e promovendo uma gestão eficiente do orçamento. Esta medida atende à lógica de economicidade e eficiência, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

A grama esmeralda em tapetes é amplamente utilizada em áreas urbanas e rurais para:

- Recuperação e manutenção de praças, jardins e canteiros;
- Implantação de novas áreas verdes em parques, escolas e logradouros públicos;
- Reposição de grama danificada por obras ou eventos;
- Paisagismo de vias, rotatórias e áreas institucionais;
- Proteção de solos e prevenção de erosão em áreas inclinadas ou expostas

A demanda por este insumo foi dimensionada com base em registros históricos de consumo da SEMOSP, projeções de serviços programados e parâmetros técnicos recomendados para cobertura vegetal com grama em tapetes. Esse planejamento assegura que a contratação esteja alinhada com as reais

necessidades da pasta, evitando aquisições desnecessárias e promovendo uma gestão racional dos recursos públicos.

Do ponto de vista operacional, a adoção de uma ARP permite o atendimento simultâneo de diferentes frentes de serviço, tanto na zona urbana quanto na rural, possibilitando respostas ágeis a demandas emergenciais e melhor alinhamento ao cronograma de execução das ações de manutenção e implantação de áreas verdes. Além disso, a entrega do produto diretamente à SEMOSP ou aos locais de aplicação otimiza o tempo de recebimento e reduz riscos logísticos, como perda ou deterioração da grama.

Sob a ótica econômica e administrativa, a contratação por SRP:

- Reduz o número de processos licitatórios, diminuindo custos operacionais;
- Facilita o planejamento orçamentário ao permitir aquisições graduais;
- Proporciona ganhos financeiros pela possibilidade de negociação de preços em maior escala;
- Garante conformidade legal e aderência às boas práticas de gestão pública;
- Assegura o fornecimento contínuo e sob demanda, evitando paralisações nas atividades de manutenção e implantação de áreas verdes.

Em resumo, a solução proposta representa uma abordagem estratégica para assegurar o abastecimento contínuo de grama esmeralda em tapetes, alinhando planejamento, economicidade e eficiência. Com isso, a SEMOSP estará apta a manter a qualidade e o aspecto estético das áreas verdes públicas, fortalecendo a infraestrutura ambiental do município e contribuindo para a sustentabilidade, bem-estar da população e valorização dos espaços urbanos e rurais de Ji-Paraná/RO.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**5.1.** A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais, de modo a assegurar a qualidade, conformidade e eficácia na entrega da grama esmeralda em tapetes:

### 5.1.1. Requisitos Técnicos dos Itens

- A grama fornecida deverá ser **grama esmeralda em tapetes**, saudável, sem pragas ou doenças, com raízes bem desenvolvidas e de boa procedência;
- Os tapetes de grama devem ter dimensões padronizadas, com altura uniforme e apresentando densidade adequada para plantio imediato;
- O fornecedor deverá apresentar certificação de qualidade ou declaração do produtor atestando a procedência e condições fitossanitárias da grama, quando solicitado pela Administração;
- Os tapetes deverão ser entregues em condições adequadas para plantio imediato, preservando suas propriedades até o momento da aplicação.

### 5.1.2. Requisitos de Entrega

- As entregas deverão ocorrer sob demanda, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da Nota de Empenho;
- Local de entrega: unidades operacionais da SEMOSP ou outro local previamente definido pela Administração;
- O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade das frentes de trabalho da SEMOSP, respeitando as quantidades e prazos estipulados;
- Os tapetes de grama devem ser transportados de forma a preservar a integridade do material, evitando danos durante o transporte.

### 5.1.3. Requisitos de Sustentabilidade

- Sempre que tecnicamente viável, deverão ser utilizados materiais de embalagem recicláveis ou biodegradáveis;
- O fornecedor deverá adotar boas práticas ambientais, inclusive no transporte, armazenamento e acondicionamento da grama, evitando desperdícios;
- A SEMOSP poderá solicitar comprovação da destinação ambiental adequada de embalagens ou resíduos vegetais, em conformidade com normas ambientais vigentes.

### 5.1.4. Requisitos Administrativos

- A contratada deverá manter regularidade fiscal, trabalhista e cadastral durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, sob pena de suspensão da contratação;
- Deverá estar apta a fornecer a grama nas quantidades e especificações licitadas, respeitando os padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

## **5.2. Atendimento Integral**

O atendimento integral a esses requisitos é condição essencial para a validade da contratação e o recebimento definitivo da grama, conforme legislação vigente e princípios de eficiência, economicidade e sustentabilidade.

## **5.3. Requisitos da Subcontratação**

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado. A empresa contratada deverá executar diretamente o fornecimento com recursos próprios, garantindo rastreamento, qualidade técnica e segurança jurídica da contratação.

## **5.4. Requisitos Logísticos e de Garantia**

- A contratada deverá possuir estrutura física e logística suficiente para garantir transporte, armazenagem e entrega dos tapetes de grama em condições ideais;
- Será exigida garantia mínima de 15 (quinze) dias sobre a qualidade da grama após o plantio, ou prazo superior, se ofertado pelo fornecedor;
- Em caso de entrega de material com defeito ou fora das especificações, a substituição deverá ser imediata e sem custos adicionais para a Administração.

## **5.5. Requisitos Internos**

- Entregar os tapetes de grama em perfeitas condições, dentro do prazo e nos locais definidos pela Administração, acompanhados da nota fiscal detalhada;
- Atender prontamente às exigências da Administração relacionadas ao objeto da contratação;
- Comunicar à SEMOSP com no mínimo 3 dias úteis de antecedência qualquer motivo que impeça o cumprimento do prazo de entrega, com justificativa formal;
- Manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato;
- Não transferir ou subcontratar as obrigações assumidas, salvo autorização expressa;
- Assumir todas as despesas com tributos, encargos trabalhistas, fretes, seguros e quaisquer outros custos relacionados ao fornecimento da grama.

## **5.6. Requisitos Externos (Legais)**

A licitação, os contratos, notas de empenho e pagamentos deverão observar a legislação vigente, incluindo:

- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Lei Federal nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro);
- Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte);
- Decretos Municipais e Federais aplicáveis;
- Demais normas e regulamentos pertinentes.

## **5.7. Requisitos do Contratante**

- Receber provisoriamente a grama, disponibilizando local, data e horário;
- Prestar informações para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado;
- Verificar a conformidade dos tapetes de grama com as especificações técnicas para fins de recebimento definitivo;
- Designar servidores para compor a Comissão de Recebimento de Materiais e fiscalizar o contrato;
- Efetuar os pagamentos conforme prazos e condições estabelecidas.

# **6 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **6.1. Execução e Entrega**

A contratada deverá realizar a entrega da grama esmeralda em tapetes, em perfeitas condições de uso, rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, dimensões, tipo e demais características

constantes da proposta vencedora, no prazo e nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, acompanhada da respectiva nota fiscal.

Todos os custos com fornecimento, transporte, seguro, frete, tributos, descarregamento e quaisquer despesas incidentes sobre a entrega correrão por conta exclusiva da contratada, obedecendo às seguintes condições:

- A grama deverá ser entregue em tapetes prontos para plantio, com raízes íntegras, densidade uniforme e livre de pragas ou doenças;
- As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento;
- O fornecimento será feito de forma parcelada, conforme demanda da SEMOSP, mediante solicitações da Administração ou autorização do Gestor da Pasta;
- Tapetes de grama que estiverem em desacordo com as especificações técnicas ou dimensões definidas poderão ser rejeitados total ou parcialmente, devendo ser substituídos imediatamente, sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

## **6.2. Local de Entrega**

- Os locais de entrega dos tapetes de grama deverão ser definidos pela Comissão de Recebimento de Materiais da SEMOSP, podendo ocorrer em unidades operacionais do município, áreas de plantio ou outro local previamente indicado;
- A entrega deverá ser realizada junto à Comissão de Recebimento de Materiais, de acordo com a indicação do endereço e fiscalização da Administração.

### **Local de Entrega dos Materiais**

As entregas deverão ser realizadas nos seguintes locais, conforme definido pela Administração no momento da solicitação:

- Pátio da Usina, localizado na Rua Orestes Matana, Distrito Industrial, nº 358, CEP: 76.800-000, saída para Ouro Preto, na cidade de Ji-Paraná/RO, no horário das 7h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira;
- Usina e Sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, localizada no 1º Distrito, Avenida Dois de Abril, nº 2221, Bairro Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná/RO, CEP: 76.900-805;
- Locais de obras, conforme indicação prévia da SEMOSP.

## **6.3. Garantia**

6.3.1. Este capítulo rege-se pelos princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à responsabilidade do contratado pela qualidade, durabilidade e estado fitossanitário da grama fornecida, sem ônus adicionais para a Administração.

6.3.2. A grama fornecida deverá estar saudável, com raízes desenvolvidas, pronta para plantio, e atender integralmente às especificações do edital; não será aceito material seco, deteriorado ou infestado.

6.3.3. O período de garantia quanto a inconsistências de qualidade ou mortalidade da grama não atribuíveis ao plantio será de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento definitivo, prazo em que a contratada deverá substituir os tapetes danificados sem custos.

6.3.4. Durante o período de garantia, a contratada obriga-se a substituir imediatamente qualquer tapete que apresente morte ou danos por defeitos de produção ou acondicionamento, exceto quando decorrente de plantio inadequado pela SEMOSP.

6.3.5. O prazo máximo para substituição será de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração.

6.3.6. Todos os tapetes deverão ser entregues em condições visíveis e legíveis, contendo informações sobre procedência, fornecedor, tipo de grama, tamanho do tapete e data de corte.

6.3.7. Os produtos entregues serão inicialmente recebidos a título provisório, para conferência de quantidade, qualidade e conformidade; o recebimento definitivo ocorrerá após verificação completa, em até 10 dias úteis.

6.3.8. Caso sejam identificadas falhas ocultas após o recebimento definitivo, a contratada deverá substituir os tapetes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

6.3.9. O fornecimento deverá priorizar práticas sustentáveis, incluindo transporte adequado e embalagens, quando utilizadas, preferencialmente recicláveis ou biodegradáveis.

6.3.10. A entrega deverá ser acompanhada da nota fiscal detalhada, contendo tipo de grama, procedência, quantidade de tapetes, datas de corte e entrega.

6.3.11. A contratada deverá comunicar previamente qualquer impossibilidade de cumprimento dos prazos, com justificativa formal.

6.3.12. Todas as despesas relacionadas ao fornecimento, transporte, carga, descarga, seguros e tributos serão de responsabilidade da contratada, mantendo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.3.13. É vedada a subcontratação total ou parcial do fornecimento, salvo autorização expressa da Administração Pública.

#### **6.4. Obrigações da Contratada**

- Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento;
- Fornecer a grama na quantidade e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;
- Cumprir todas as leis federais, estaduais e municipais aplicáveis e manter habilitação e qualificação durante a vigência;
- Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata sem autorização expressa;
- Executar fielmente o fornecimento e comunicar imediatamente qualquer fato impeditivo;
- Manter atualizados os dados de contato e indicar preposto em até 3 dias úteis em caso de substituição;
- Comprovar, a cada fatura, a regularidade fiscal e trabalhista;
- Responsabilizar-se por danos causados por seus empregados ou prepostos;
- Substituir produtos entregues fora do padrão ou com defeito, mesmo após recebimento, dentro do prazo de garantia;
- Comunicar à Administração qualquer impossibilidade de entrega com mínimo 3 dias úteis de antecedência qualquer motivo que impeça o cumprimento do prazo de entrega;
- Prestar esclarecimentos solicitados durante a vigência da Ata.

#### **6.5. Obrigações da Contratante**

- Requisitar a entrega conforme necessidade e fiscalizar o fiel cumprimento;
- Promover acompanhamento das entregas e registrar falhas, comunicando à contratada;
- Efetuar pagamento conforme condições estabelecidas;
- Aplicar penalidades em caso de inexecução;
- Priorizar, quando possível, produtos provenientes de processos sustentáveis e embalagens recicláveis;
- Disponibilizar local adequado para recebimento e armazenamento;
- Verificar durante a vigência se todas as exigências e condições contratuais estão sendo mantidas;
- Fornecer informações indispensáveis à execução do fornecimento;
- Comunicar oficialmente à contratada qualquer falha grave identificada.

### **7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE.**

A execução do contrato decorrente deste certame observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo acompanhada por um modelo de gestão e fiscalização contratual estruturado em três níveis: Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo.

#### **7.1. Execução Contratual**

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme cláusulas pactuadas e legislação aplicável (Lei nº 14.133/2021, art. 115).
- Em caso de paralisação, suspensão ou impedimento da execução, o cronograma de entrega dos tapetes de grama será prorrogado automaticamente, mediante simples apostila (§5º, art. 115).

## 7.2. Fiscalização Contratual

A fiscalização do contrato será exercida por servidor(es) designado(s), que deverão:

- Acompanhar a execução do objeto, com registros de ocorrências relevantes (art. 117);
- Determinar providências para correção de falhas ou irregularidades;
- Comunicar ao gestor do contrato situações que excedam sua competência (§2º do art. 117);
- Notificar a contratada para substituição ou correção de itens com defeitos ou vícios;
- Exigir que a contratada repare danos ou substitua produtos fora das especificações (art. 119).

O contratado será:

- Responsável por danos à Administração ou a terceiros (art. 120);
- Exclusivamente responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais (art. 121).

## 7.3. Fiscalização Técnica

Compete ao Fiscal Técnico:

- Verificar o cumprimento técnico das obrigações, incluindo qualidade, espécie e condição dos tapetes de grama;
- Registrar e acompanhar ocorrências no sistema de gestão contratual;
- Emitir notificações de correção com prazos definidos;
- Informar ao gestor sobre irregularidades que comprometam a execução ou exijam decisão superior;
- Comunicar o encerramento do contrato com antecedência para avaliação de eventual renovação ou nova contratação.

## 7.4. Fiscalização Administrativa

Compete ao Fiscal Administrativo:

- Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- Acompanhar empenho, liquidação, pagamentos, garantias e aditivos;
- Solicitar documentos comprobatórios sempre que necessário;
- Comunicar ao gestor qualquer descumprimento contratual.

## 7.5. Comunicação e Procedimentos

- Toda comunicação entre a contratada e a Administração será preferencialmente por escrito, inclusive via meio eletrônico, quando cabível (IN 5/2017, art. 44);
- A contratada poderá ser convocada para reuniões, esclarecimentos ou providências imediatas;
- Antes de qualquer pagamento, será verificada a regularidade da contratada no SICAF, incluindo certidões: CND, CRF/FGTS e CNDT.

## Considerações Finais

A adequada gestão e fiscalização do contrato visa garantir o fornecimento pontual e contínuo dos tapetes de grama esmeralda, em conformidade com as especificações técnicas, condições de entrega, sustentabilidade e qualidade fitossanitária, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público.

# 8 - DO CRITÉRIO RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

## 8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento da grama esmeralda em tapetes ocorrerá em duas etapas:

### Recebimento Provisório:

- Será realizado no momento da entrega física dos tapetes, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;
- Serão verificadas quantidade, integridade, condições fitossanitárias e estado das raízes, bem como a conformidade com a especificação contratual;
- Tapetes danificados, secos, infestados ou fora do padrão estabelecido serão rejeitados total ou parcialmente e deverão ser substituídos de forma imediata, sem ônus para a Administração.

### Recebimento Definitivo:

- Será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório;



- Consistirá na verificação da conformidade com as especificações técnicas, incluindo espécie (grama esmeralda), tamanho, espessura, densidade, saúde fitossanitária, e integridade das embalagens ou paletes;
- O atesto definitivo será feito mediante aposição de carimbo de Atesto na Nota Fiscal, com data e assinatura da Comissão ou servidor responsável pelo recebimento;
- O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade por vícios ocultos ou falhas de qualidade, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor e na Lei nº 14.133/2021 (art. 140).

#### **Pedidos de prorrogação de entrega:**

- Devem ser solicitados com no mínimo 3 dias úteis de antecedência do prazo previsto, com justificativa formal.
- Em caso de substituição de tapetes rejeitados, reiniciam-se os prazos de verificação e recebimento.

### **8.2. PRAZO DE PAGAMENTO**

- O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento definitivo, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica atestada pela Comissão de Recebimento e pela unidade gestora da SEMOSP, conforme art. 40 da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com o Art. 62 da Lei nº 4.320/1964, condicionado à disponibilidade financeira.

### **8.3. FORMA DE PAGAMENTO**

- O pagamento será efetuado por ordem bancária, mediante crédito na conta corrente da contratada, cujos dados deverão constar na proposta ou em documento formal;
- Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

### **8.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- A emissão da Nota Fiscal dependerá da conclusão do recebimento definitivo dos tapetes;
- Em caso de recebimento parcial ou glosa, a contratada deverá reemitir a Nota Fiscal com o valor exato a ser pago;
- A Nota Fiscal deverá conter:
  - Data de emissão e validade;
  - Dados do contrato e da SEMOSP;
  - Quantidade de tapetes fornecidos;
  - Valor exato a pagar;
  - Destaque de retenções legais, quando houver.
- Em caso de erro ou inconsistência, o pagamento será suspenso até a regularização, reiniciando-se o prazo de pagamento após correção.

#### **Condição para pagamento:**

- Apresentação de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:
  - Prova de regularidade com o FGTS;
  - Prova de regularidade junto ao INSS;
  - Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN);
  - Certidão Negativa Municipal;
  - Certidão Negativa da Receita Federal;
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- As certidões podem ser positivas com efeito de negativa, conforme legislação;
- Regularidade fiscal também pode ser comprovada via **SICAF ou documentos oficiais**, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A seleção do fornecedor para grama esmeralda em tapetes será realizada por Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, conforme critérios objetivos de aceitabilidade fixados no edital.

### **9.1 Critérios Complementares**

#### **1. Atendimento integral às especificações técnicas:**

- A grama deverá atender aos padrões de qualidade, tamanho, densidade, saúde fitossanitária, condição das raízes e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

## **2. Propostas economicamente vantajosas:**

- Serão consideradas as propostas que ofereçam melhor relação custo-benefício, considerando preço, qualidade do material e condições de entrega.

## **3. Condições de fornecimento compatíveis com as exigências do Termo de Referência:**

- Prazo de entrega;
- Forma de acondicionamento e transporte;
- Garantia de integridade e substituição de tapetes com problemas;
- Capacidade logística e operacional do fornecedor para atender à demanda da SEMOSP.

## **10 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

### **10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021)**

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual ou microempreendedor individual (MEI);
- b) Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), devidamente registrado na Junta Comercial, com suas alterações ou consolidado, quando for o caso;
- c) Documentos que comprovem a eleição ou designação dos administradores em exercício;
- d) Registro no órgão competente, no caso de sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, quando a atividade assim o exigir.

### **10.2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021)**

- a) Prova de inscrição no CNPJ (ou CPF, se pessoa física);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se aplicável, compatível com o ramo de atividade e com o objeto contratual;
- c) Certidão conjunta de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidões de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal (quando exigíveis);
- e) Certidão de regularidade do FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com efeitos de Negativa.

### **10.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021)**

- a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida há no máximo 90 dias ou dentro da validade expressa no documento, emitida pelo distribuidor da sede da licitante;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (exceto se a empresa for recém-constituída, podendo apresentar balanço de abertura), assinados por profissional contábil habilitado e pelo representante legal, que demonstrem boa situação financeira da empresa;
- c) Para empresas com índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) inferiores ou iguais a 1, será exigida comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado da contratação;
- d) A apresentação dos índices poderá ser feita por declaração de contador responsável, indicando o atendimento dos parâmetros definidos.

### **10.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove fornecimento anterior de grama, tapetes de grama ou serviço similar de fornecimento e instalação de material vegetal;
- b) O atestado deverá estar em nome da licitante, em papel timbrado da entidade emitente, assinado por responsável, podendo ser apresentado em original ou cópia autenticada;
- c) A Administração poderá solicitar, caso necessário, a apresentação do contrato original que deu origem ao atestado ou outros elementos para verificação da autenticidade das informações prestadas.

### **10.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

10.5.1. Declaração do representante legal da licitante, conforme modelo constante no edital, em papel timbrado da empresa, atestando o cumprimento dos requisitos legais para participação na licitação, inclusive quanto à não incidência de impedimentos legais;

10.5.2. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar comprovação oficial dessa condição para fins de isenção de retenções tributárias, conforme Lei Complementar nº 123/2006;

10.5.3. Todos os documentos poderão ser consultados pela Administração por meio do **SICAF** ou de sites

oficiais, nos termos da legislação vigente;

10.5.4. A apresentação da documentação será dispensada caso o licitante esteja devidamente regular no SICAF, conforme permitido pela Lei nº 14.133/2021.

## **11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **11.1. Infrações Administrativas**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não apresentar qualquer documento solicitado pelo(a) pregoeiro(a);

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta ou o fornecimento adequado quando:

- Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação;
- Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- Pedir desclassificação quando encerrada a etapa competitiva;
- Deixar de apresentar amostra ou lote piloto de grama, quando solicitado;
- Apresentar proposta, amostra ou tapete de grama em desacordo com as especificações do edital;
- Não celebrar o contrato ou entregar a documentação exigida para contratação quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- Fornecer documentação ou declaração falsa durante a licitação;
- Fraudar a licitação;
- Apresentar comportamento inidôneo ou praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, incluindo:
  - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - Apresentar amostras de grama falsificadas, deterioradas ou danificadas;
  - Praticar atos ilícitos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

### **11.2. Sanções Administrativas**

Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e gravidade da infração;
- As circunstâncias do caso concreto;
- Circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Danos causados à Administração;
- Existência ou aperfeiçoamento de programa de integridade do contratado.

### **11.3. Multas**

- O percentual da multa será de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato, conforme a gravidade da infração;
- Infrações leves (documentação incompleta, atraso justificado) terão multa de 0,5% a 15%;
- Infrações graves (fornecimento de grama em desacordo com especificações, amostras deterioradas, fraude) terão multa de 15% a 30%;
- A multa poderá ser cumulada com advertência, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade.
- O prazo para defesa contra a multa é de 15 **(quinze) dias úteis**, contados da intimação.

### **11.4. Impedimento de Licitar e Contratar**

- Aplicável às infrações leves a médias, quando não se justificar sanção mais grave;

- Impede o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

#### **11.5. Declaração de Inidoneidade**

- Aplicável às infrações graves ou quando a multa e o impedimento não forem suficientes;
- A duração será conforme o art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021;
- Pedido de reconsideração pode ser apresentado em 15 (quinze) dias úteis, com decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis;
- Recurso ou pedido de reconsideração tem efeito suspensivo até decisão final.

#### **11.6. Descumprimento de Prazo ou Qualidade do Fornecimento**

- Recusa injustificada em assinar contrato ou entregar tapetes de grama dentro do prazo caracteriza descumprimento total da obrigação, sujeitando o contratado à perda da garantia de proposta e demais penalidades.
- A Administração poderá exigir substituição imediata de tapetes de grama danificados ou em desacordo com o contrato, sem ônus.

#### **11.7. Processo de Apuração**

- Para sanções de impedimento ou inidoneidade, será instaurado processo por comissão de 2 (dois) ou mais servidores estáveis;
- O licitante ou contratado será intimado para apresentar defesa escrita e indicar provas em 15 (quinze) dias úteis;
- Caberá recurso da decisão nos prazos previstos, garantindo contraditório e ampla defesa.

#### **11.8. Reparação de Danos**

- A aplicação das sanções não exclui a obrigação do contratado de reparar integralmente quaisquer danos causados à Administração.

### **12 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

#### **12.1. Adoção do Sistema**

Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1385/2024, considerando as especificidades do fornecimento de tapetes de grama esmeralda.

#### **12.2. Justificativa do SRP**

A utilização do SRP se justifica pelas seguintes razões:

- Impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato de tapetes de grama a ser demandado;
- Necessidade de contratações frequentes e entregas parceladas, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP);
- Garantia de celeridade e economicidade nas contratações, evitando múltiplos processos licitatórios para demandas semelhantes;
- Flexibilidade para atendimento de obras, paisagismo e manutenção de áreas verdes municipais, garantindo fornecimento contínuo de grama de qualidade.

#### **12.3. Vigência e Condições**

- Os preços registrados terão validade pelo período estabelecido na Ata de Registro de Preços, podendo a Administração convocar os fornecedores registrados conforme a necessidade;
- A convocação obedecerá à ordem de classificação e à disponibilidade orçamentária, respeitando a legislação vigente.

### **13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

#### **13.1. Convocação para Assinatura**

Homologado o resultado da licitação, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido pelo setor competente, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

#### **13.2. Prorrogação do Prazo de Convocação**

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação expressa e justificada do fornecedor, apresentada dentro do prazo original e desde que aceita pela Administração.

### **13.3. Formalização da Ata**

A Ata de Registro de Preços será formalizada com assinatura digital e disponibilizada no sistema correspondente.

### **13.4. Conteúdo da Ata**

Serão firmadas tantas Atas quantos forem os itens adjudicados, contendo:

- Indicação do fornecedor vencedor;
- Descrição detalhada dos tapetes de grama esmeralda;
- Quantidade estimada;
- Preços registrados;
- Demais condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

### **13.5. Divulgação dos Preços Registrados**

Os preços registrados, com a devida indicação dos fornecedores, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e permanecerão acessíveis durante toda a vigência da Ata.

### **13.6. Contratação Facultativa**

A existência de preços registrados não obriga a Administração à contratação, sendo facultada a realização de licitação específica, desde que devidamente justificada.

### **13.7. Substituição de Fornecedor**

Caso o fornecedor convocado não assine a Ata no prazo e condições estabelecidos, a Administração poderá convocar os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, para assinatura da Ata em igual prazo e nas mesmas condições ofertadas pelo primeiro classificado.

## **14 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **14.1. Vigência**

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovadas:

- A manutenção das condições vantajosas;
- A conveniência da prorrogação, nos termos do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e do art. 12, §1º do Decreto Municipal nº 1385/2024.

### **14.2. Renovação de Quantitativos**

No ato da prorrogação da vigência, poderá ser autorizada a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 13 do Decreto Municipal nº 1385/2024.

### **14.3. Adesão por Órgãos ou Entidades Não Participantes**

A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes ficará limitada a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados, por órgão ou entidade aderente, observadas as condições estabelecidas na legislação vigente.

**Parágrafo único:** O ato de prorrogação deverá indicar, de forma expressa:

- O novo prazo de vigência;
- O quantitativo renovado, se for o caso.

## **15 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

### **15.1. Valor Estimado**

A estimativa do valor da contratação é de R\$ 402.441,00 (quatrocentos e dois mil quatrocentos e quarenta e um reais), com base na quantidade de tapetes de grama esmeralda, conforme demonstrado na Planilha Orçamentária do Estudo Técnico 9 de 09/02/2026 (ID 2415446).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Gramma esmeralda em tapetes	M²	23.673,00	R\$ 17,00	R\$ 402.441,00

Este valor considera:

- A quantidade estimada necessária de tapetes de grama esmeralda (23.673 m²);
- Preço unitário de referência (R\$ 17,00 por m²);
- Custos relacionados à entrega, acondicionamento e transporte;
- Margem de segurança para variações mínimas de mercado.

**15.2.** Os serviços necessários à contratação estão consolidados em planilha resumo de serviços Planilha 01 de 26/01/2026 (ID 2370010), a qual apresenta a discriminação e os quantitativos estimados, servindo de base para a definição do escopo e para a estimativa de custos da contratação, estando o referido documento juntado aos autos do processo administrativo.

O valor estimado não obriga a Administração a contratar a totalidade do montante previsto, servindo exclusivamente como referência para o julgamento das propostas, para o planejamento orçamentário e para a fiscalização da contratação, não caracterizando direito subjetivo à contratação, nos termos dos arts. 23 e 24 da Lei nº 14.133/2021.

## 16 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Exercício 2026, abaixo discriminado:

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná  
02 PODER EXECUTIVO  
02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS  
020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
15 Urbanismo  
15 451 Infra-Estrutura Urbana  
15 451 0008 ASFALTA JIPA  
15 451 0008 2123 0000 Manutenção e recuperação de vias urbanas  
815 - 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
0.1.500 002.001 Recursos próprios do Município

**FICHA: 815**

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná  
02 PODER EXECUTIVO  
02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS  
020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
17 Saneamento  
17 512 Saneamento Básico Urbano  
17 512 0009 CONSTRUINDO COM AMOR E RESPEITO  
17 512 0009 1021 0000 Constr. Manut. Reforma de Bueiros, Galerias, Drenagem, Calçadas e Urbanização Rios e Igarapés  
831 - 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
0.1.500 002.001 Recursos próprios do Município

**FICHA: 831**

## 17. CONCLUSÃO

Diante da necessidade expressa da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP de garantir a manutenção e embelezamento das áreas verdes do Município, especialmente em praças, jardins e logradouros públicos, conclui-se pela viabilidade e conveniência da contratação de grama esmeralda em tapetes por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme previsão legal constante na

Lei nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023 e em conformidade com o Decreto Municipal nº 1385/2024.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza do objeto, que demanda fornecimentos frequentes, entregas parceladas e quantidades variáveis ao longo do exercício, tornando a contratação direta menos eficiente e potencialmente antieconômica frente às necessidades operacionais da SEMOSP.

A presente instrução processual foi elaborada observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento, isonomia e interesse público, contemplando:

- A caracterização da demanda de grama esmeralda;
- A definição da solução mais adequada para aquisição e fornecimento;
- A identificação dos requisitos mínimos da contratação;
- A previsão de critérios de sustentabilidade, qualidade e governança contratual.

A adoção do modelo de contratação visa garantir:

- A ampla competitividade entre fornecedores;
- A transparência dos atos administrativos;
- A racionalização de custos logísticos e operacionais;
- A eficiência na execução orçamentária e na manutenção das áreas verdes do Município.

Diante do exposto, recomenda-se o prosseguimento do processo com a deflagração da fase externa da licitação, mediante publicação do edital, após aprovação pelas instâncias competentes, observando rigorosamente a legislação vigente e os regulamentos correlatos.

Ji-Paraná/RO, na data da assinatura eletrônica.

Elaborado por:

Fabiane Bezerra De Lima  
Auxiliar Administrativo SEMOSP

Aprovo o Presente Termo de Referência, de acordo com o Decreto nº 1384, de 11 de março de 2024:

**VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE**  
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos- Interina  
[Decreto 2042 de 09/07/2025 \(ID 1878065\)](#)

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **FABIANE BEZERRA DE LIMA**, Auxiliar Administrativo, em 13/03/2026 às 11:33, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE**, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, em 13/03/2026 às 13:38, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2514010** e o código verificador **90A481D1**.

Referência: [Processo nº 1-1032/2026](#).

Docto ID: 2514010 v1





## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

<b>Órgão:</b>	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP
<b>Unidade:</b>	Gabinete do Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
<b>Serviço Ou/Aquisição:</b>	<b>Aquisição de grama esmeralda em tapetes para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.</b>

### INTRODUÇÃO

A aquisição de grama esmeralda em tapetes mostra-se necessária para garantir a continuidade, agilidade e qualidade dos serviços de manutenção, recuperação e implantação de áreas verdes e de paisagismo sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP. Trata-se de insumo de uso frequente em diversas frentes de trabalho, como praças, canteiros, parques e demais espaços públicos, cuja demanda pode variar conforme a necessidade operacional.

Diante dessa característica, torna-se essencial a adoção de solução de contratação que assegure flexibilidade, planejamento e economicidade, como o Sistema de Registro de Preços. Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar a necessidade da contratação, identificar as alternativas disponíveis no mercado e analisar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e ambiental, de modo a assegurar a eficiência na execução dos serviços públicos e a adequada conservação dos espaços urbanos do Município.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO;

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP é responsável pela manutenção, conservação e revitalização de áreas públicas do Município, incluindo praças, canteiros centrais, áreas institucionais e demais espaços destinados ao uso coletivo da população. Tais áreas demandam intervenções periódicas para garantir condições adequadas de uso, segurança, acessibilidade e estética urbana.

Atualmente, verifica-se a necessidade de recomposição e implantação de cobertura vegetal em diversos pontos do Município, em razão do desgaste natural, ações climáticas, intervenções em obras de infraestrutura e degradação ocasionada pelo uso contínuo desses espaços. A ausência ou precariedade da cobertura vegetal compromete a qualidade ambiental, favorece processos erosivos, acúmulo de poeira e impactos negativos à paisagem urbana.

Nesse contexto, a contratação para aquisição de grama esmeralda em tapetes mostra-se essencial para a pronta execução dos serviços de paisagismo e recuperação das áreas verdes, assegurando maior eficiência na implantação, padronização visual e melhor taxa de sobrevivência da vegetação. A medida atende diretamente ao interesse público, ao contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, valorização dos espaços urbanos e preservação ambiental, além de apoiar a continuidade dos serviços públicos prestados pela SEMOSP.

### II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O

## PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO;

No interesse de promover a máxima execução respaldada na legislação vigente Nova Lei de Contratos e Licitações nº 14.133/2021, o objeto da presente contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual de 2026.

Houve a necessidade de elaboração da [DFD - Formalização de Demanda 132 de 10/11/2025 \(ID 2259422\)](#)) alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026;

Neste sentindo acostado do ato administrativo com a seguinte dotação:

Poder: 02 Poder Executivo

Órgão: 08 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade: 02.08.01 Gabinete do Secretário Municipal de Obras

Programa: 0001 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Proj/Ativ: 2049 Manut. Atividades da Secret. Obras e Serv. Públicos - SEMOSP

O Plano de Contratações Anual está disponível para consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e pode ser acessado por meio do link <https://pncp.gov.br/app/pca/04092672000125/2026/4>

### JUSTIFICATIVA DFD

A instalação de grama pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, no município de Ji-Paraná, justifica-se pela necessidade de promover a melhoria da estética urbana e o equilíbrio ambiental nas áreas públicas. A adoção de cobertura vegetal contribui significativamente para o controle da erosão do solo, filtragem de poluentes, redução das temperaturas superficiais e mitigação dos efeitos das ilhas de calor urbano, promovendo um ambiente mais saudável e sustentável.

Além dos benefícios ambientais, a implantação de áreas gramadas favorece o bem-estar da comunidade, ampliando os espaços destinados ao lazer, recreação e convivência social, fortalecendo o senso de pertencimento e a coesão comunitária.

Dessa forma, a ação visa não apenas o embelezamento dos espaços públicos, mas também a melhoria da qualidade ambiental, valorização urbana e promoção da saúde pública, ao proporcionar ambientes mais confortáveis, permeáveis e integrados à natureza.

## III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;

A contratação deverá observar requisitos técnicos, administrativos, logísticos, de sustentabilidade e de execução, de modo a assegurar o adequado fornecimento da grama esmeralda em tapetes e o atendimento eficiente das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

### Requisitos Técnicos dos Itens

- A grama a ser fornecida deverá ser do tipo esmeralda, em tapetes, apresentando boas condições fitossanitárias, livre de pragas, doenças e plantas invasoras, com sistema radicular bem formado, coloração uniforme e apta para pronta instalação. Os tapetes deverão estar íntegros, sem ressecamento excessivo ou danos que comprometam sua fixação e desenvolvimento.

### Requisitos de Entrega

- As entregas deverão ocorrer sob demanda, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da respectiva Nota de Empenho ou ordem de fornecimento.
- O fornecimento será parcelado, conforme a necessidade da SEMOSP, respeitando as quantidades e prazos estipulados pela Administração.

- A grama deverá ser transportada e entregue de forma a preservar suas características naturais, garantindo que o material chegue em condições adequadas para uso imediato.

#### Local de Entrega dos Materiais

As entregas deverão ser realizadas nos seguintes locais, conforme definido pela Administração no momento da solicitação:

- Pátio da Usina, localizado na Rua Orestes Matana, Distrito Industrial, nº 358, CEP: 76.800-000, saída para Ouro Preto, na cidade de Ji-Paraná/RO, no horário das 7h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira;
- Usina e Sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, localizada no 1º Distrito, Avenida Dois de Abril, nº 2221, Bairro Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná/RO, CEP: 76.900-805;
- Locais de obras, conforme indicação prévia da SEMOSP.

#### Requisitos de Sustentabilidade

- A contratação deverá observar práticas sustentáveis, priorizando fornecedores que adotem métodos de cultivo e extração que minimizem impactos ambientais, bem como o correto descarte ou reaproveitamento de resíduos provenientes do transporte e manuseio do material.

#### Requisitos Administrativos

- A contratada deverá atender a todas as exigências legais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias vigentes, bem como às condições estabelecidas no edital, contrato e demais instrumentos da contratação.

#### Requisitos de Subcontratação

- É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado. A empresa contratada deverá executar diretamente o fornecimento com recursos próprios, garantindo rastreamento, qualidade técnica e segurança jurídica da contratação.

#### Requisitos Logísticos e de Garantia

- A contratada será responsável pelo transporte, carga e descarga da grama esmeralda, garantindo que o produto seja entregue em condições adequadas. Eventuais inconformidades verificadas no recebimento deverão ser sanadas sem ônus adicional à Administração.
- A contratada deverá possuir estrutura física e logística suficiente para garantir transporte, armazenagem e entrega dos tapetes de grama em condições ideais;
- Será exigida garantia mínima de 15 (quinze) dias sobre a qualidade da grama após o plantio, ou prazo superior, se ofertado pelo fornecedor;
- Em caso de entrega de material com defeito ou fora das especificações, a substituição deverá ser imediata e sem custos adicionais para a Administração.

#### Requisitos do Contratante

- Compete à Administração acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, indicar os locais de entrega, emitir as ordens de fornecimento e efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas, desde que atendidos todos os requisitos contratuais.

#### Critério objetivo da aceitação

**IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE;**

A estimativa das quantidades de grama esmeralda em tapetes a serem adquiridas foi elaborada com base nas demandas recorrentes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, considerando a necessidade de manutenção, recuperação e implantação de áreas verdes em praças, canteiros, áreas institucionais e demais logradouros públicos do Município.

A estimativa de consumo foi elaborada com base em medições técnicas de áreas verdes, histórico de consumo de exercícios anteriores e no planejamento indicativo das ações da SEMOSP, considerando a natureza continuada dos serviços de manutenção e implantação de áreas verdes, bem como a imprevisibilidade das demandas ao longo do exercício.

As estimativas também consideram a **articulação operacional** com outras ações de manutenção urbana e paisagismo, sem que isso configure interdependência contratual.

Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral.

Os serviços necessários à contratação estão consolidados em planilha resumo de serviços Planilha 01 de 26/01/2026 (ID 2370010), a qual apresenta a discriminação e os quantitativos estimados, servindo de base para a definição do escopo e para a estimativa de custos da contratação, estando o referido documento juntado aos autos do processo administrativo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UN	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	GRAMA ESMERALDA EM TAPETES	M²	23.673,00	17,00	402.441,00

Histórico de consumo de exercícios anteriores

[Planilha CONSUMO GRAMA de 11/02/2026 \(ID 2427196\)](#)

PLANILHA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

[Planilha SERVIÇOS EXECUTADOS de 11/02/2026 \(ID 2427215\)](#)

**V. LEVANTAMENTO DE MERCADO QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR;**

O levantamento de mercado consistiu na análise das alternativas disponíveis para atendimento das demandas de manutenção, recuperação e implantação de áreas verdes e paisagismo sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP. Foram consideradas informações obtidas por meio de contratações similares realizadas pela Administração Pública e pesquisa junto a fornecedores especializados .

**Alternativas analisadas:**

**1. Aquisição Direta em Lote Único**

- Vantagens: maior controle sobre o estoque, garantia de fornecimento para o ano inteiro.
- Desvantagens: exige desembolso orçamentário imediato; alto custo de armazenamento; risco de perda do material, tendo em vista a perecibilidade da grama esmeralda e a necessidade de condições adequadas de armazenamento

**2. Compras Pontuais com Licitação Individual**

- **Vantagens:** ajuste preciso a necessidade imediata;
- **Desvantagens:** morosidade do processo; repetição de procedimentos licitatórios; risco de desabastecimento em períodos críticos; aumento do custo administrativo.

### 3. Sistema de Registro de Preços (SRP)

- **Vantagens:**
  - Flexibilidade para aquisição conforme a demanda real;
  - Redução de custos administrativos com múltiplas licitações;
  - Possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos pelo volume estimado;
  - Atendimento contínuo e planejado às frentes de obras e manutenção;
  - Maior controle orçamentário, com desembolso fracionado conforme a necessidade;
  - Redução de riscos de desperdício ou vencimento do material.
- **Desvantagens:**
  - Necessidade de bom planejamento para garantir execução da ata dentro do prazo;
  - Dependência do fornecedor cumprir fielmente os prazos de entrega durante a vigência da ARP.

Dentre as alternativas avaliadas, destacam-se:

- aquisição de grama esmeralda em tapetes;
- aquisição de grama por meio de mudas ou sementes; e
- execução indireta dos serviços mediante contratação de empresa especializada em paisagismo, incluindo fornecimento de material e mão de obra.

Quadro Comparativo das Alternativas Avaliadas				
ALTERNATIVA	DESCRIÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS	AVALIAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA
Aquisição de grama esmeralda em tapetes	Fornecimento de grama pronta para plantio, em placas/tapetes, com instalação realizada pela equipe da SEMOSP	Implantação imediata; melhor uniformidade estética; menor risco de falhas; redução do tempo de manutenção inicial; maior previsibilidade dos resultados	Custo unitário superior em relação a sementes	<b>Mais vantajosa:</b> melhor relação custo-benefício considerando durabilidade, rapidez de execução e menor retrabalho
Aquisição de grama por sementes	Plantio direto por semeadura nas áreas verdes	Menor custo inicial do material	Maior tempo de crescimento; maior risco de perda; necessidade de irrigação intensiva; resultado visual imprevisível	<b>Pouco vantajosa:</b> maior custo indireto e risco de insucesso
Aquisição de grama por mudas	Plantio de mudas espaçadas para posterior fechamento da área	Custo intermediário	Crescimento irregular; maior tempo de implantação; necessidade de manutenção prolongada	<b>Desvantajosa:</b> atraso na entrega do resultado e maior custo operacional
Contratação de empresa especializada em paisagismo	Execução completa dos serviços por empresa terceirizada	Redução do uso de mão de obra própria	Custo elevado; menor flexibilidade; dependência contratual	<b>Menos vantajosa:</b> custo superior e menor controle operacional

(material + mão  
de obra)

## Conclusão do Quadro Comparativo

A aquisição de grama esmeralda em tapetes mostrou-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que apresenta rápida implantação, melhor uniformidade estética, menor tempo de recuperação das áreas e redução de custos operacionais com retrabalho e manutenção inicial. Em comparação às sementes ou mudas, os tapetes oferecem maior previsibilidade de resultados e menor risco de insucesso no plantio.

Dessa forma, a contratação do fornecimento de grama esmeralda em tapetes, por meio do Sistema de Registro de Preços, mostra-se a solução mais vantajosa, pois permite aquisições conforme a demanda, assegura economicidade, planejamento e eficiência na gestão dos recursos públicos.

## VI. ESTIMATIVA DE CUSTO DA CONTRATAÇÃO;

A estimativa de custo da contratação foi elaborada a partir de pesquisa de preços Cotação GRAMA de 11/02/2026 (ID 2426854), considerando contratações similares e valores praticados por fornecedores do ramo, observados os princípios da economicidade, razoabilidade e planejamento.

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	TOTAL
01	grama esmeralda pronta para plantio, bem enraizada, isenta de pragas e doenças,fornecida em placa uniforme, medindo, 0,625m x 0,40m (1/4 de metro quadrado). (incluindo-se os serviços de transporte)	m²	23.673	MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS / 106 - MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	AM ARQUITETURA E URBANISMO LTDA		18,14	17,80	421.379,40
				MUNICIPIO DE MACHADINHO D' / 148 - MUNICÍPIO DE MACHADINHO D' OESTE/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. CANUTO FLOR NATURAL LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	16,20		
				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA / 38 - MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO	Portal Nacional de Contratações Públicas	J. CANUTO FLOR NATURAL LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	16,23		



			MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO   Secretaria Executiva   Subsecretaria de Planejamento e Orçamento   Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	Compras.gov.br   P S ROSA	Micro Empresa	19,51	
			---	PMS		19,73	
			TABELA SINAPI	PMS		17,00	

Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, o quantitativo estimado de 23.673,00 m<sup>2</sup> de grama esmeralda em tapetes representa uma previsão de consumo, não configurando obrigação de aquisição integral pela Administração. O valor unitário estimado é de R\$ 17,00 (dezessete reais) por metro quadrado, resultando em um **valor total estimado de R\$ 402.441,00 (quatrocentos e dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais).**

Ressalta-se que os valores registrados servirão como limite máximo para futuras contratações, as quais ocorrerão de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, durante a vigência da ata de registro de preços, em conformidade com a legislação vigente.

#### VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO;

A solução proposta consiste na aquisição de grama esmeralda em tapetes, por meio do Sistema de Registro de Preços, visando atender de forma contínua e eficiente as demandas de manutenção, recuperação e implantação de áreas verdes e de paisagismo sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da ata de registro de preços, não havendo obrigatoriedade de aquisição do quantitativo total estimado. A grama será utilizada em praças, canteiros, parques, áreas institucionais e demais espaços públicos, com aplicação e manejo realizados pela equipe própria da SEMOSP.

A adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona maior flexibilidade operacional, planejamento das aquisições e economicidade, além de reduzir riscos de desabastecimento e desperdício. A solução assegura rapidez na execução dos serviços, padronização da qualidade do material utilizado e melhor controle dos recursos públicos, atendendo aos princípios da eficiência e do interesse público.

#### VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO;

Considerando as características do objeto da presente contratação, consistente no fornecimento de grama esmeralda em tapetes, não haverá parcelamento da contratação em lotes, uma vez que se trata de item único, homogêneo e padronizado, não sendo tecnicamente ou economicamente viável a sua divisão.

Ressalta-se, entretanto, que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), o que possibilitará o parcelamento do fornecimento, de acordo com as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O fornecimento de forma parcelada tem por finalidade:

- evitar o acúmulo excessivo de material, considerando a inexistência de áreas adequadas para armazenamento prolongado da grama, que exige condições específicas de conservação;
- reduzir o risco de perdas e deterioração do material, tendo em vista que a grama é um produto perecível e sensível ao tempo de estocagem;
- assegurar que as entregas ocorram conforme o cronograma de execução das obras e serviços de paisagismo e manutenção de áreas verdes;
- promover maior controle orçamentário e financeiro, com os pagamentos vinculados às entregas efetivamente realizadas.

Dessa forma, embora não haja fracionamento da contratação, o fornecimento da grama esmeralda em tapetes ocorrerá de forma parcelada, garantindo economicidade, eficiência logística e qualidade na execução dos serviços públicos municipais.

#### IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

A contratação da grama esmeralda em tapetes, por meio do Sistema de Registro de Preços, visa garantir maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, conforme detalhado a seguir:

##### 1. Economicidade

- O SRP permite aquisições conforme a real demanda da SEMOSP, evitando compras em excesso e desperdício de material.
- A utilização de grama em tapetes, pronta para implantação, reduz retrabalho e custos de manutenção inicial, gerando melhor relação custo-benefício.

##### 2. Aproveitamento dos recursos humanos

- A equipe da SEMOSP poderá executar os serviços de implantação de forma mais ágil e organizada, com menor tempo gasto em plantio, preparo e manutenção do solo.
- Redução de esforços redundantes e otimização das atividades operacionais.

##### 3. Aproveitamento dos recursos materiais

- O fornecimento parcelado evita o armazenamento prolongado da grama, reduzindo perdas e deterioração do produto.
- Permite planejamento logístico adequado, com transporte e aplicação dentro das condições ideais de conservação.

##### 4. Aproveitamento dos recursos financeiros

- Os pagamentos vinculados às entregas efetivas permitem controle orçamentário mais eficiente, evitando desembolsos desnecessários.
- A estratégia de aquisição parcelada garante flexibilidade financeira, atendendo às demandas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Demonstrativo dos Resultados Pretendidos		
TIPO DE RECURSO	AÇÃO/ ESTRATÉGIA	RESULTADO ESPERADO
FINANCEIRO	Aquisição de grama esmeralda em tapetes por Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado conforme a demanda	Controle orçamentário eficiente; pagamentos vinculados à entrega efetiva; economicidade e redução de desperdício
HUMANO	Implantação da grama pela equipe própria da SEMOSP, com planejamento e cronograma adequados	Melhor aproveitamento da mão de obra; execução ágil e organizada; redução de retrabalho
MATERIAL	Fornecimento parcelado, evitando armazenamento prolongado da grama	Minimização de perdas e deterioração; logística eficiente; preservação da qualidade do material
OPERACIONAL/ GERAL	Planejamento integrado entre aquisição, entrega e aplicação da grama	Eficiência na execução dos serviços; manutenção da qualidade estética e funcional das áreas verdes; atendimento

A solução proposta assegura eficiência, qualidade e economicidade na execução das obras de paisagismo e manutenção de áreas verdes, promovendo o melhor uso dos recursos públicos disponíveis e o atendimento adequado às necessidades da população.

**X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL;**

Previamente à celebração do contrato para a aquisição de grama esmeralda em tapetes, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, a Administração deverá adotar as seguintes providências:

- a) Planejamento da contratação, com a confirmação da necessidade administrativa, definição das quantidades estimadas e das especificações técnicas mínimas da grama esmeralda em tapetes, incluindo padrão de qualidade, dimensões, condições fitossanitárias, prazos e locais de entrega;
- b) Realização de estimativa de preços, observando os parâmetros previstos na legislação vigente, de modo a assegurar a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado;
- c) Verificação da disponibilidade orçamentária, com a devida reserva de recursos para suportar a despesa decorrente da contratação;
- d) Elaboração e aprovação do Termo de Referência, contemplando as condições de fornecimento, critérios de recebimento, obrigações da contratada, sanções administrativas e demais elementos necessários à adequada execução do objeto;
- e) Designação formal de gestor e fiscal do contrato, preferencialmente servidores com conhecimento técnico compatível com o objeto, responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, fiscalização da entrega, verificação da conformidade do material e ateste das notas fiscais;
- f) Capacitação ou orientação prévia dos servidores designados, quando necessário, quanto aos procedimentos de gestão e fiscalização contratual, especialmente no que se refere à conferência da qualidade da grama esmeralda, estado fitossanitário, condições de transporte, armazenamento e critérios de aceitação;
- g) Definição dos procedimentos de recebimento provisório e definitivo, incluindo inspeção técnica do material entregue, registro de eventuais não conformidades e adoção das medidas corretivas cabíveis.

A adoção dessas providências visa mitigar riscos na contratação, assegurar a adequada execução do objeto e garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da administração pública e com a legislação vigente.

**XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;**

Após análise do planejamento vigente e da programação de obras e serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, **não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes** diretamente vinculadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

A presente demanda possui caráter autônomo, tendo por finalidade exclusiva a aquisição de grama esmeralda em tapetes, destinada à utilização em ações de paisagismo, urbanização, recuperação de áreas verdes, praças, canteiros, áreas institucionais e demais espaços públicos sob responsabilidade da SEMOSP, não havendo dependência técnica, funcional ou orçamentária em relação a outros contratos paralelos ou futuros.

Ressalta-se, contudo, que, embora a contratação não esteja juridicamente vinculada a outras, o fornecimento da grama esmeralda poderá complementar e apoiar diferentes frentes de trabalho desenvolvidas pela SEMOSP, integrando-se a obras e serviços de infraestrutura urbana de forma operacional e estratégica, sem, entretanto, estabelecer vínculo de interdependência contratual com outros processos licitatórios ou contratações em andamento.

## XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS;

A contratação de grama esmeralda em tapetes, embora voltada à melhoria paisagística e ambiental dos espaços públicos, envolve potenciais impactos ambientais que devem ser considerados e mitigados ao longo do processo de aquisição, transporte, armazenamento, implantação e manutenção do material.

Os principais impactos ambientais estão relacionados ao ciclo produtivo da grama, especialmente às etapas de cultivo, extração e transporte, as quais não serão executadas diretamente pelo Município, mas configuram externalidades relevantes. Destacam-se:

- Supressão temporária da vegetação e movimentação de solo nas áreas de produção, decorrentes do processo de retirada da grama em tapetes;
- Consumo de recursos naturais, especialmente água, fertilizantes e insumos agrícolas utilizados no cultivo da grama;
- Emissões atmosféricas indiretas, decorrentes do transporte do material desde o local de produção até os pontos de entrega no Município.

Do ponto de vista do uso municipal do produto, os impactos diretos mais relevantes são:

- Geração de resíduos orgânicos e embalagens, como sobras de grama, plásticos ou outros materiais utilizados no acondicionamento e transporte;
- Risco de degradação do solo, caso a implantação não seja realizada com preparo adequado da área;
- Consumo de água para irrigação, especialmente no período inicial de enraizamento da grama após a instalação.

### **Medidas Mitigadoras Adotadas pela Administração**

Para mitigar os impactos ambientais identificados, a Administração Pública adotará as seguintes medidas:

- Aquisição de grama esmeralda proveniente de fornecedores regularmente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, conforme exigido no Termo de Referência;
- Exigência de que o produto apresente condições fitossanitárias adequadas, livres de pragas, doenças e plantas invasoras, reduzindo riscos ambientais e a necessidade de defensivos químicos;
- Planejamento logístico das entregas, de forma a otimizar o transporte e reduzir emissões decorrentes do deslocamento;
- Armazenamento temporário adequado, em locais preparados, evitando ressecamento, deterioração do material e desperdícios;
- Implantação técnica correta da grama, com preparo do solo, nivelamento e adubação compatível, visando maior durabilidade e menor necessidade de reposição;
- Uso racional da água na irrigação inicial, observando práticas de eficiência hídrica, sempre que possível;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação municipal e a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Orientação às equipes operacionais quanto às boas práticas ambientais durante o manuseio e a instalação da grama.

A adoção dessas medidas contribui para a redução de impactos ambientais, para a sustentabilidade da contratação e para o atendimento às diretrizes ambientais aplicáveis às ações de paisagismo e urbanização promovidas pelo Município.

### XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO;

Diante das análises técnicas, econômicas e operacionais realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação, por meio de Pregão Eletrônico, na modalidade de Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de grama esmeralda em tapetes, mostra-se a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

A presente contratação possibilitará a execução contínua e planejada de ações de paisagismo, urbanização, recuperação de áreas verdes, praças, canteiros, áreas institucionais e demais espaços públicos, contribuindo para a melhoria da infraestrutura urbana, da estética dos espaços públicos e da qualidade ambiental do Município.

A adoção permite que as aquisições ocorram de forma gradual e conforme a necessidade efetiva da Administração, evitando aquisições excessivas, desperdícios decorrentes da perecibilidade do material, dificuldades de armazenamento e impactos negativos à logística de entrega. Ademais, confere maior flexibilidade para atendimento de demandas emergenciais ou sazonais, compatibilizando o fornecimento com o cronograma das obras e serviços executados pela SEMOSP.

Foram devidamente considerados, neste estudo, os princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade e interesse público, com base em pesquisa de mercado, estimativa de consumo, definição das especificações técnicas, análise dos impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, bem como avaliação da viabilidade operacional da contratação.

Diante do exposto, recomenda-se a continuidade do processo, com a elaboração do Termo de Referência e dos demais documentos exigidos pela legislação vigente, observando-se as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021 e as regulamentações locais aplicáveis, de modo a assegurar a segurança jurídica, a transparência e a adequada aplicação dos recursos públicos.

### XIV. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação pleiteada é **viável e necessária**, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar apresentado, uma vez que atende ao interesse público, possui viabilidade técnica, econômica e operacional, encontra-se compatível com as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP e com as condições do mercado, além de observar a disponibilidade orçamentária e as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

### APROVAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA:

Ji-Paraná/RO, na data da assinatura.

Elaborado por:

Fabiane Bezerra de Lima  
Auxiliar Administrativo

**Aprovo e Homologo o presente Estudo Técnico Preliminar, de acordo com o Decreto nº1384, de 11 de março de 2024.**

VALQUÍRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE  
Secretária Municipal de Obras e Serv. Públicos Interina  
Decreto nº de 2025.

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



SIMPLES  
ASSINATURA  
ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **FABIANE BEZERRA DE LIMA**, **Auxiliar Administrativo**, em 13/03/2026 às 11:33, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES  
ASSINATURA  
ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE**, **Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 13/03/2026 às 13:35, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2513932** e o código verificador **74D79565**.

Referência: [Processo nº 1-1032/2026](#).

Docto ID: 2513932 v1



ANEXO II

CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1032/2025 – SEMOSP

**OBJETO:** Registro de preço para eventual e futura aquisição de grama esmeralda em tapetes para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Ao (À)

**PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO - PMJP/RO**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V.UNIT ESTIMADO	V.TOTAL ESTIMADO
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
1	M²	GRAMA TIPO ESMERALDA EM TAPETES conforme Termo de Referência e anexos	17.755	22,53	400.020,15
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 01 RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS					
2	M²	GRAMA TIPO ESMERALDA EM TAPETES conforme Termo de Referência e anexos	5.918	22,53	133.332,54
VALOR TOTAL					533.352,69

- O item 01 será destinado a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- O item 02 é **COTA de até 25% reservada à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/MEI/EPP E EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.
- O ITEM 2 está como **aberto no sistema ComprasGov** para ampla participação tão somente em razão do sistema possuir uma falha quanto a aplicação das cotas NOS CASOS DE SRP. Todavia, embora estejam abertos no sistema, serão consideradas apenas as propostas de ME's e equiparadas para os mencionados itens. Assim, as propostas de empresas que não se enquadrem como ME e equiparadas para os citados itens, serão desclassificadas para os itens.
- Nos termos do Acórdão APL-TC 00203/2025 de 09/02/2026, do TCE/RO, e em atenção ao Decreto Municipal nº 6.566/16, se a mesma empresa ofertar o menor preço na cota reservada e na cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT, prevalecerão às do **ANEXO II** deste Edital.
- Os licitantes, no que couber, devem apresentar **FOLDERS/CATÁLOGO DOS PRODUTOS OFERTADOS** para adequada análise técnica do setor requisitante.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **MARCA/MODELO/FABRICAÇÃO**.

**Local/ Entrega/Execução/Pagamento:** Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS** (*mínimo*), a contar da data da apresentação.

**Dados do proponente:**

Razão Social:

CNPJ: .....

Endereço: .....

Município: ..... Estado: ..... CEP: .....

Telefone: .....

E-mail: .....

**Dados do responsável pela assinatura do Contrato:**

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função:

**Dados para contato/correspondência:**

Endereço:

Telefone:

E-mail:

**Dados para pagamentos:**

Conta Corrente n.º .....

Agência n.....

Banco.....

**DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA**

(Obrigatória nos mesmos moldes)

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº** **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;

- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

---

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

**ANEXO III**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)**

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
  - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

**2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)**

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

**3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)**

- 3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência** expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.

3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar

comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**3.2.3.** Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

**3.2.4.** As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

**3.2.5.** O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

#### **4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

4.1. **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

**4.3.1.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

5.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III-A**, elaborada em papel timbrado da empresa.

5.2. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar comprovação oficial dessa condição para fins de isenção de retenções tributárias, conforme Lei Complementar nº 123/2006;

5.3. Todos os documentos poderão ser consultados pela Administração por meio do **SICAF** ou de sites oficiais, nos termos da legislação vigente;

5.4. A apresentação da documentação será dispensada caso o licitante esteja devidamente regular no SICAF, conforme permitido pela Lei nº 14.133/2021.

#### **ANEXO III – A** **MODELO DE DECLARAÇÃO** (Obrigatória nos mesmos termos)

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

**a)** atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

**b)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **[www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)**

h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

**i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**

j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;

k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

l) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**Obs:** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.**

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



**ANEXO IV**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**Processo Administrativo nº .....**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO  
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A  
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é o fornecimento de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

<i>ITEM</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>UNIDAD E DE MEDIDA</i>	<i>QUANTIDA DE</i>	<i>VALOR UNITÁRI O</i>	<i>VALO R TOTAL</i>
<i>1</i>					
<i>2</i>					
<i>3</i>					
<i>...</i>					

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**1.3.5.** O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do (a) ....., na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**1.4.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**1.5.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (*ou*) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

**1.6.** O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

**1.7.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**1.8.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**1.9.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

**1.10.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**1.11.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**1.12.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**1.13.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**1.14.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**1.15.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**1.16.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**1.17.** São obrigações do Contratante:

- 1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**1.37.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**1.38.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**1.39.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**1.40.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**1.41.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**1.42.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**1.43.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**1.44.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**1.45.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.46.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**1.47.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**1.48.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**1.49.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. **Multa:**
  1. Moratória de ....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
  2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.50. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - 1.50.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 1.50.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - 1.50.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 1.50.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
  - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.53. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos

na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**1.54.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.55.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.56.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**1.57.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**1.58.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**1.59.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**1.59.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

**a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**1.60.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**1.60.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**1.60.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**1.60.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**1.61.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**1.61.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**1.61.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**1.61.3.** Indenizações e multas.

**1.62.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).



**1.63.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**1.64.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**1.64.1.** Fonte de Recursos:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**1.65.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**1.66.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

**1.67.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**1.68.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

**1.69.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**1.70.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

**1.71.** As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

*Prefeito do Município de Ji-Paraná*

---

*Secretário/Presidente*

---

*Representante legal do Contratado*

---

*Procurador Geral do Município*

**TESTEMUNHAS:**

- 1-
- 2-



ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos \_\_(\_\_\_\_) dias do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e \_\_, às \_\_ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n° ...../202...., publicada no ..... de ...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>CNPJ n</b> <b>Empresa:</b>						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Fornecimento	Quantidad e Total	Quantidad e Ofertada	Valor Unitário	Valor Total do Fornecedor
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> <b>Modelo / Versão:</b> <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b>						
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> <b>Modelo / Versão:</b> <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b>						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)**

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão).....

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....** e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link [Portal de Serviços \(ji-parana.ro.gov.br\)](http://Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br)), o qual será disponibilizado via e-mail pelo no Sistema de Registro de Preços, tão logo elaborada.**

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)*

## ANEXO V - A

### CADASTRO RESERVA

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário**:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total